



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

CORPOS DE MULHERES NO ESPORTE: REPRESENTAÇÃO, PODER E RESISTÊNCIA

WOMEN'S BODIES IN SPORT: REPRESENTATION, POWER AND RESISTANCE

Monique Terezinha Cezário Eleutério¹

RESUMO

Este artigo analisa o esporte como campo cultural em que o corpo das mulheres é regulado, representado e disputado por resistências feministas. Parte-se da compreensão de que o esporte não se limita à prática física, à competição ou ao lazer, pois também produz sentidos sobre corpo, gênero, desempenho, capacidade e pertencimento. A questão que orienta o estudo é: de que modo o esporte participa da produção cultural dos corpos das mulheres e como as resistências feministas tensionam essas normas? O objetivo consiste em analisar como o campo esportivo produz representações, regula corpos e, ao mesmo tempo, pode ser disputado como espaço de resistência. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com abordagem teórico-interpretativa. A discussão articula contribuições dos Estudos Culturais, da crítica feminista, dos debates sobre corpo e poder e da perspectiva interseccional. A análise evidencia que a presença das mulheres no esporte não deve ser compreendida apenas pelo acesso ou pela participação numérica, mas pelas condições simbólicas, políticas e sociais que definem visibilidade, legitimidade e reconhecimento. O estudo aponta que normas de gênero, hierarquias simbólicas, vigilâncias sobre o corpo, desigualdades interseccionais e formas de violência atravessam as trajetórias femininas no esporte. Conclui-se que as resistências feministas no campo esportivo não se limitam à ocupação de espaços antes negados, mas envolvem a disputa por reconhecimento, segurança, direito à presença e transformação das normas que historicamente associam força, autoridade e rendimento ao masculino.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Mulheres no esporte. Representação. Resistência feminista.

ABSTRACT

This article analyzes sport as a cultural field in which women's bodies are regulated, represented, and contested through feminist resistance. It is based on the understanding that

¹ Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora de Educação Física. E-mail: monique.cezario@ufms.br.



sport is not limited to physical practice, competition, or leisure, since it also produces meanings about body, gender, performance, ability, and belonging. The guiding question of the study is: how does sport participate in the cultural production of women's bodies, and how do feminist resistances challenge these norms? The objective is to analyze how the sporting field produces representations, regulates bodies, and, at the same time, can be contested as a space of resistance. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study with a theoretical-interpretative approach. The discussion articulates contributions from Cultural Studies, feminist criticism, debates on body and power, and the intersectional perspective. The analysis shows that women's presence in sport should not be understood only in terms of access or numerical participation, but also through the symbolic, political, and social conditions that define visibility, legitimacy, and recognition. The study points out that gender norms, symbolic hierarchies, surveillance of the body, intersectional inequalities, and forms of violence shape women's trajectories in sport. It concludes that feminist resistances in the sporting field are not limited to occupying previously denied spaces, but involve struggles for recognition, safety, the right to presence, and the transformation of norms that have historically associated strength, authority, and performance with masculinity.

Keywords: Body. Feminist resistance. Gender. Representation. Women in sport.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre mulheres no esporte exige olhar para além da participação em competições, treinos ou práticas corporais. O esporte produz, ainda, ideias sobre força, desempenho, beleza, disciplina, coragem e pertencimento. Ele reúne corpos em movimento, mas ajuda, igualmente, a definir quais corpos são reconhecidos, quais são questionados e quais precisam justificar sua presença.

A presença das mulheres no esporte tem se ampliado em diferentes espaços. Elas competem, treinam, ensinam, pesquisam, dirigem equipes e ocupam lugares antes negados ou pouco reconhecidos. Ainda assim, essa presença segue marcada por desigualdades. Muitas vezes, o desempenho feminino recebe menor visibilidade, os corpos das atletas são julgados pela aparência, a sexualização se sobrepõe ao reconhecimento da competência esportiva, modalidades praticadas por mulheres são tratadas como secundárias e posições de liderança continuam associadas aos homens. Essas situações indicam que o problema não está apenas no acesso ao esporte, mas também nos sentidos produzidos sobre as mulheres que nele atuam.

Este artigo parte da compreensão de que o esporte é uma prática social e cultural. Nele, circulam discursos, imagens, normas e expectativas que participam da formação dos sujeitos e das relações de gênero. O corpo da mulher, nesse contexto, não aparece apenas como corpo que pratica ou compete. Ele também é olhado, comparado, vigiado, sexualizado, narrado e, em muitos casos, colocado em posição de suspeita. Ao mesmo tempo, esse corpo pode produzir resistência quando ocupa espaços, rompe estereótipos e disputa outras formas de



reconhecimento.

A questão que orienta este estudo é: de que modo o esporte participa da produção cultural dos corpos das mulheres e como as resistências feministas tensionam essas normas? A partir dessa pergunta, o objetivo geral consiste em analisar o esporte como campo cultural em que o corpo das mulheres é regulado, representado e disputado por resistências feministas.

O artigo adota uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com abordagem teórico-interpretativa. A discussão aproxima textos dos Estudos Culturais, da crítica feminista, dos debates sobre corpo e poder e da perspectiva interseccional, em diálogo com produções recentes sobre mulheres no esporte.

Após esta introdução, o desenvolvimento reúne, na ordem indicada pelo modelo da revista, o referencial teórico, a metodologia, os resultados e as discussões. O referencial teórico organiza-se em três eixos: esporte, cultura e representação; corpo, gênero e poder no campo esportivo; e interseccionalidade e resistências feministas no esporte. Em seguida, apresentam-se o percurso metodológico e os resultados e discussões da análise teórica. Na sequência, as considerações finais retomam os principais argumentos do estudo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico articula os Estudos Culturais, a crítica feminista, os debates sobre corpo e poder e a perspectiva interseccional. Essa articulação sustenta a análise do esporte como campo cultural que produz representações, regula corpos e também pode ser disputado por resistências feministas.

2.1.1 Esporte, Cultura e Representação

O esporte costuma ser compreendido como prática corporal, atividade física, competição ou forma de lazer. Essa leitura é importante, mas não esgota seu significado social. O esporte pode igualmente ser analisado como prática cultural, pois envolve valores, discursos, imagens, regras, instituições e modos de reconhecimento. Ao organizar quem participa, quem lidera, quem aparece e quem recebe prestígio, o campo esportivo participa da produção de sentidos sobre os corpos e sobre as relações de gênero.

Essa compreensão aproxima o esporte dos Estudos Culturais, especialmente quando se



entende que a cultura não se limita às artes, à literatura ou às manifestações consideradas eruditas. A cultura envolve práticas cotidianas, modos de comunicação, disputas de sentido e formas de construção das identidades. Nessa perspectiva, analisar o esporte como cultura significa observar não apenas o que acontece nas competições ou nas práticas corporais, mas também os discursos e imagens que definem quais corpos são valorizados, quais ocupam posições de destaque e quais permanecem em lugar secundário.

A aproximação entre Estudos Culturais e feminismo é importante para este artigo porque permite inserir o gênero no centro da análise cultural. Escosteguy (2016), ao discutir Stuart Hall e o feminismo, mostra que a crítica feminista provocou deslocamentos importantes nos Estudos Culturais, especialmente ao colocar em evidência questões ligadas ao poder, à subjetividade, à sexualidade e ao gênero. No esporte, esse deslocamento permite perguntar não apenas quem participa, mas como as mulheres são vistas, narradas e reconhecidas.

A representação, nesse sentido, não deve ser entendida apenas como imagem ou descrição de algo já existente. Ela participa da produção dos sentidos sociais. Escosteguy (2016, p. 68) destaca que “o sentido não é uma propriedade do próprio texto”, pois ele se constitui na relação entre sujeitos, textos e contextos. Essa afirmação ajuda a compreender que uma imagem, uma notícia, uma transmissão esportiva ou uma narrativa sobre mulheres atletas não apenas mostra a realidade. Também ajuda a produzir modos de perceber essa realidade.

Essa discussão se articula à ideia de identidade em Hall. Ao retomar o autor, Escosteguy observa que “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’” (Hall, 1999, p. 13 apud Escosteguy, 2016, p. 71). Essa formulação contribui para pensar que as identidades não são fixas nem naturais, mas produzidas e transformadas nas relações culturais. No campo esportivo, isso significa que o modo como uma mulher atleta, treinadora, gestora ou pesquisadora é reconhecida depende também das representações que circulam sobre corpo, gênero, força, desempenho e competência.

No campo esportivo, portanto, as imagens produzidas sobre mulheres não apenas retratam sua presença. Essas imagens também ajudam a definir quais formas de participação feminina são reconhecidas como legítimas e quais continuam sendo tratadas como exceção. Quando o esporte feminino aparece como curiosidade, quando a conquista de uma mulher é narrada como surpresa ou quando sua aparência recebe mais atenção do que sua competência, a representação atua como forma de organização simbólica do campo esportivo.

Essa discussão ajuda a compreender por que a ausência ou a presença limitada das mulheres no esporte não pode ser vista apenas como resultado de escolhas individuais. A baixa visibilidade feminina na mídia esportiva, a menor presença em cargos de liderança, a



desvalorização de determinadas modalidades e a associação entre força, rendimento e masculinidade compõem um conjunto de representações que orienta o modo como o esporte é percebido socialmente. Assim, a cultura esportiva ensina, de forma explícita ou sutil, quais corpos parecem “naturais” em determinados espaços e quais precisam provar sua competência de maneira contínua.

Ao tratar da crítica feminista nos Estudos Culturais, Escosteguy (2016) evidencia que as relações de gênero precisam ser consideradas nas análises culturais, pois elas atravessam os discursos, as imagens e os modos de produção de sentido. Essa contribuição é importante para pensar o esporte, porque muitas representações esportivas ainda sustentam lugares desiguais para homens e mulheres. No caso das mulheres, a visibilidade muitas vezes aparece acompanhada de controle sobre o corpo, julgamento da aparência, sexualização e desconfiança sobre a competência técnica.

A representação das mulheres no esporte, portanto, deve ser analisada como parte de um processo cultural mais amplo. Quando mulheres atletas recebem menos destaque, quando seus corpos são sexualizados, quando suas conquistas são narradas como exceção ou quando modalidades femininas são tratadas como secundárias, não ocorre apenas uma diferença de cobertura ou reconhecimento. Ocorre a reprodução de uma hierarquia simbólica que mantém o masculino como referência central do desempenho esportivo.

Essa discussão também aparece em produções recentes sobre mulheres nas Ciências do Esporte. Cabeza Ruiz e Pellicer Chenoll (2024) indicam que, apesar dos avanços na participação feminina, as mulheres ainda enfrentam barreiras relacionadas à visibilidade, ao reconhecimento profissional e à ocupação de diferentes espaços no campo esportivo. Essa contribuição reforça que o problema não está apenas no acesso ao esporte, mas nas formas pelas quais esse campo organiza pertencimento, legitimidade e valorização das trajetórias femininas.

Essa hierarquia também interfere, ademais, na permanência das mulheres no esporte. Quando meninas e mulheres não se veem representadas como atletas, treinadoras, dirigentes, árbitras, pesquisadoras ou comentaristas, o campo esportivo tende a parecer menos acessível. Essa ausência produz efeitos concretos, pois influencia expectativas, escolhas e trajetórias. A cultura esportiva, nesse sentido, não apenas reflete desigualdades já existentes. Ela também contribui para mantê-las, ao naturalizar a ideia de que certos espaços, modalidades e posições pertencem prioritariamente aos homens.

Ao mesmo tempo, a representação pode funcionar como espaço de disputa. A presença de mulheres em diferentes posições no esporte tensiona imagens tradicionais sobre corpo, força, rendimento e liderança. Quando mulheres ocupam a competição, a gestão, a docência, a



pesquisa, a arbitragem e a comunicação esportiva, elas produzem outros sentidos sobre o que um corpo feminino pode fazer e sobre quais lugares pode ocupar. Essa disputa simbólica aproxima o esporte das lutas feministas, pois coloca em questão os critérios culturais que definem valor, competência e reconhecimento.

Compreender o esporte como cultura permite analisar as desigualdades de gênero para além da participação numérica. A questão não se resume a saber se há mulheres no esporte, mas em quais condições elas aparecem, como são narradas, que lugares ocupam e quais sentidos são atribuídos aos seus corpos. O esporte, como campo cultural, regula visibilidades, produz pertencimentos e sustenta hierarquias. Por isso, analisar corpo, gênero e representação no campo esportivo exige reconhecer que as disputas feministas também ocorrem no plano simbólico, nas imagens, nos discursos e nas formas de reconhecimento social.

2.1.2 Corpo, Gênero e Poder no Campo Esportivo

A discussão sobre mulheres no esporte exige compreender o corpo para além de sua dimensão biológica. O corpo que participa do esporte não é apenas um organismo que corre, salta, luta, joga ou compete. Ele também é um corpo interpretado socialmente, atravessado por normas, expectativas, classificações e julgamentos. Por isso, a presença das mulheres no campo esportivo não pode ser analisada apenas pelo acesso às práticas corporais, mas também pelas formas como seus corpos são avaliados, autorizados, vigiados e narrados.

Michel Foucault contribui para essa análise ao deslocar a compreensão do poder como algo que apenas proíbe ou reprime. Para o autor, “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos” (Foucault, 1988, p. 89), o que permite compreendê-lo como uma rede de relações que atravessa instituições, discursos e práticas cotidianas. Essa leitura ajuda a pensar o esporte como campo no qual os corpos são regulados não apenas por regras formais, mas também por expectativas de rendimento, disciplina, aparência, comportamento e adequação.

No campo esportivo, essa regulação aparece na organização dos gestos, dos tempos, dos treinamentos, dos espaços e dos modos de avaliar o desempenho. O corpo aprende a repetir movimentos, a buscar eficiência, a suportar exigências e a se ajustar a padrões de rendimento. Essa disciplina não se apresenta sempre como violência explícita. Muitas vezes, ela aparece como rotina, cobrança, avaliação, comparação ou expectativa de superação. No caso das mulheres, essa regulação assume marcas específicas, pois o desempenho esportivo costuma ser atravessado por normas de feminilidade.

O corpo feminino no esporte vive, muitas vezes, uma tensão permanente. Espera-se



força, mas sem romper totalmente com imagens sociais de delicadeza. Espera-se competitividade, mas sem abandonar comportamentos associados ao controle, à moderação e à aparência. Espera-se rendimento, mas a aparência física continua sendo observada, julgada e comentada. Essa tensão mostra que o esporte não apenas mede capacidades físicas. Ele também participa da produção cultural do que se entende por corpo feminino aceitável.

Guacira Lopes Louro ajuda a compreender esse processo ao tratar o corpo como efeito de aprendizagens sociais. A autora mostra que diferentes instâncias participam da produção dos sujeitos, pois “família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção” (Louro, 2000, p. 19). Essa formulação é importante porque permite compreender que os corpos não são educados apenas em espaços formais. Eles também aprendem, em diferentes práticas sociais, modos de se mover, de aparecer, de silenciar, de desejar, de se comportar e de ocupar lugares.

O esporte, nesse sentido, educa igualmente os corpos. Ele ensina quais gestos são considerados apropriados, quais modalidades parecem adequadas para meninas e mulheres e quais comportamentos são julgados como excessivos ou inadequados. Essa pedagogia do corpo aparece, por exemplo, quando determinadas modalidades são associadas à masculinidade por exigirem contato físico, força ou agressividade. Também aparece quando mulheres que praticam futebol, esportes de combate, levantamento de peso ou outras modalidades marcadas pela força precisam justificar sua presença ou enfrentar comentários sobre sua aparência, sua sexualidade ou sua feminilidade.

Nesses casos, a crítica não se dirige apenas ao desempenho esportivo. Ela recai sobre o modo como essas mulheres ocupam corporalmente um espaço historicamente construído como masculino. Assim, o corpo feminino no esporte passa a ser observado em duas direções: pela capacidade de realizar a prática esportiva e pela expectativa de corresponder a uma ideia socialmente aceita de feminilidade. Essa dupla cobrança revela que o corpo das mulheres é regulado tanto pela lógica do desempenho quanto pelas normas de gênero.

Judith Butler contribui para esse debate ao problematizar a ideia de que sexo e corpo possam ser compreendidos como dados naturais separados das normas culturais. Ao discutir os limites discursivos do sexo, a autora afirma que o “‘sexo’ não apenas funciona como uma norma” (Butler, 2000, p. 151), mas participa de práticas regulatórias que produzem os corpos que governa. Para este artigo, essa contribuição é tomada como apoio para compreender que as normas de gênero não apenas descrevem os corpos. Elas também ajudam a definir quais corpos são reconhecidos como coerentes, legítimos e aceitáveis.

No esporte, essa reflexão permite questionar a naturalização da força como atributo masculino e da delicadeza como atributo feminino. Quando determinados corpos são vistos



como mais adequados à competição, à liderança ou ao rendimento, não se trata apenas de uma constatação física. Trata-se também de uma leitura cultural que atribui valor diferente aos corpos. Por isso, mulheres que ocupam modalidades ou posições associadas à força, à autoridade ou à liderança tensionam normas que foram repetidas como se fossem naturais.

A vigilância sobre o corpo feminino no esporte pode aparecer de diferentes formas. Ela se expressa na comparação entre corpos, na sexualização de atletas, na cobrança estética, na desconfiança sobre a competência técnica, na menor valorização do rendimento feminino e na presença reduzida de mulheres em posições de liderança. Esses mecanismos não atuam de maneira isolada. Eles compõem uma rede de poder que define quais corpos recebem reconhecimento e quais permanecem sob suspeita.

Essa vigilância também produz efeitos na permanência das mulheres no esporte. Quando mulheres precisam controlar roupas, medir comportamentos, evitar determinados espaços, aceitar comentários ou provar competência continuamente, o campo esportivo produz formas de sujeição. Essas formas não impedem necessariamente a presença feminina, mas regulam essa presença. A mulher pode estar no esporte, mas muitas vezes precisa negociar sua imagem, sua fala, seu corpo e sua legitimidade.

Por isso, a análise do corpo no campo esportivo precisa considerar que o poder não age apenas sobre o corpo, mas também por meio dele. O corpo feminino torna-se lugar de disputa: disputa por reconhecimento, por segurança, por liberdade de movimento, por legitimidade esportiva e por autonomia. Quando mulheres reivindicam o direito de competir, liderar, narrar, treinar, pesquisar e ocupar espaços esportivos sem serem reduzidas à aparência ou à suspeita, elas tensionam normas que historicamente organizaram o esporte como território masculino.

O esporte pode ser compreendido como espaço de disciplina e de contestação. Ele regula corpos e pode ser apropriado como campo de resistência. A presença de mulheres em diferentes modalidades e posições questiona a ideia de que força, autoridade e rendimento pertencem naturalmente aos homens. Ao mesmo tempo, evidencia que a igualdade no esporte não depende apenas da abertura formal de participação. Ela exige transformar as normas culturais que definem quais corpos podem ser vistos como fortes, capazes, legítimos e dignos de reconhecimento.

2.1.3 Interseccionalidade e Resistência Feminista no Esporte

A discussão sobre mulheres no esporte não pode partir da ideia de que todas as mulheres vivem as mesmas experiências. Embora o gênero seja um marcador central para compreender



desigualdades no campo esportivo, ele não atua sozinho.

Raça, classe social, deficiência, sexualidade e território também interferem no acesso, na permanência, na visibilidade e no reconhecimento das mulheres. Por isso, a perspectiva interseccional é importante para evitar uma leitura única e homogênea da experiência feminina.

A interseccionalidade permite compreender que diferentes formas de opressão se cruzam e produzem experiências específicas. Patricia Hill Collins afirma que “a opressão não é redutível a um tipo fundamental” (Collins, 2019, p. 56). Essa afirmação ajuda a pensar o esporte para além de uma oposição simples entre homens e mulheres. No campo esportivo, uma mulher branca, sem deficiência e com acesso a clubes, equipamentos e formação esportiva não ocupa esse espaço da mesma forma que uma mulher negra, periférica, com deficiência ou em situação de vulnerabilidade econômica. Ambas podem enfrentar desigualdades de gênero, mas essas desigualdades não se apresentam da mesma maneira.

Collins acrescenta a essa discussão a ideia de matriz de dominação. Para a autora, a “matriz de dominação se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas” (Collins, 2019, p. 56). No esporte, essa organização aparece quando certas mulheres têm mais condições de acesso, proteção, visibilidade e reconhecimento, enquanto outras enfrentam barreiras acumuladas. Assim, a pergunta não deve ser apenas se as mulheres participam do esporte, mas quais mulheres participam, em quais condições, com quais apoios e com que formas de reconhecimento.

A partir da perspectiva interseccional discutida por Collins (2019), também é possível problematizar o discurso do mérito esportivo. O esporte costuma valorizar esforço, disciplina, superação e rendimento. Esses elementos fazem parte da prática esportiva, mas não explicam sozinhos as trajetórias das mulheres. O acesso a tempo livre, transporte, segurança, alimentação, equipamentos, espaços adequados, apoio familiar e acompanhamento profissional depende de condições sociais concretas. Quando essas condições são ignoradas, desigualdades estruturais acabam sendo tratadas como responsabilidade individual.

Lélia Gonzalez amplia essa discussão ao evidenciar que gênero, raça e classe não podem ser analisados separadamente na experiência das mulheres negras. A autora afirma que “a mulher negra sofre uma discriminação tripla: social, racial e sexual” (Gonzalez, 2020, p. 276). Essa leitura é importante para pensar o esporte, porque impede que o feminismo seja tratado apenas a partir de experiências brancas e de classe média. No campo esportivo, mulheres negras podem alcançar visibilidade pelo desempenho, mas essa visibilidade muitas vezes convive com racismo, sexualização, cobranças desiguais e menor reconhecimento intelectual, técnico ou político.



A contribuição de Gonzalez ajuda, ainda, a compreender a relação entre corpo, trabalho e exploração. Ao discutir a situação da mulher negra na sociedade brasileira, a autora observa que “sempre somos vistas como corpos” (Gonzalez, 2020, p. 285). No esporte, essa afirmação permite questionar a forma como determinados corpos femininos são celebrados pelo rendimento, pela força ou pela estética, mas nem sempre são reconhecidos como sujeitos de pensamento, liderança e decisão. Essa contradição mostra que o esporte pode dar visibilidade e, ao mesmo tempo, reproduzir hierarquias raciais e de gênero.

A deficiência é outro eixo que evidencia a importância da análise interseccional. Mulheres com deficiência enfrentam barreiras de gênero semelhantes às vividas por outras mulheres, mas também enfrentam obstáculos ligados ao capacitismo. Esses obstáculos aparecem na falta de acessibilidade, na escassez de programas esportivos adaptados, na baixa oferta de profissionais preparados, nos estereótipos sobre fragilidade e incapacidade e na pouca visibilidade das atletas com deficiência. Nesse caso, a desigualdade não se explica apenas pelo gênero nem apenas pela deficiência, mas pela articulação entre ambos.

As mulheres com deficiência também desafiam, além disso, padrões dominantes de corpo esportivo. O esporte costuma valorizar corpos associados à força, velocidade, rendimento, simetria e produtividade. Quando mulheres com deficiência ocupam o campo esportivo, elas questionam a ideia de que apenas determinados corpos podem competir, performar ou representar excelência. Essa presença amplia o próprio significado de corpo esportivo e desloca a noção de capacidade para além dos padrões normativos.

María Lugones contribui para essa discussão ao criticar leituras universalizantes sobre gênero. Para a autora, a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero “vai além das categorias da modernidade” (Lugones, 2014, p. 935). Essa formulação ajuda a compreender que as mulheres não podem ser pensadas como uma categoria única, estável e igual em todos os contextos. No esporte, essa leitura permite questionar modelos que tomam como referência um corpo feminino abstrato, sem considerar as marcas de raça, classe, sexualidade, deficiência e colonialidade que atravessam diferentes trajetórias.

As desigualdades no esporte também se expressam, ainda, por meio de violências simbólicas, morais, sexuais e institucionais. Heleieth Saffioti define a violência como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima” (Saffioti, 2015, p. 18). Essa compreensão amplia o olhar para além da agressão física. No campo esportivo, a violência pode aparecer em comentários humilhantes, silenciamentos, assédios, desqualificação técnica, ridicularização do corpo, naturalização de abusos e pressão para que mulheres aceitem situações de desconforto para permanecer em equipes, grupos ou instituições.



Essa leitura se aproxima das contribuições de Segato (2003), especialmente quando a violência contra mulheres é compreendida como parte de uma estrutura de poder e de uma pedagogia social. No esporte, isso aparece quando mulheres são desacreditadas, sexualizadas ou pressionadas a se adaptar a ambientes masculinizados como condição para permanecer. Tais práticas não comunicam apenas uma opinião individual. Elas reforçam posições de autoridade, pertencimento e subordinação.

As resistências feministas no esporte emergem justamente contra essas formas de regulação. Elas aparecem quando mulheres denunciam violências, ocupam cargos de liderança, criam redes de apoio, reivindicam políticas de igualdade, produzem pesquisas, disputam narrativas midiáticas e constroem outras formas de pertencimento. Essas resistências não se limitam à entrada das mulheres em espaços esportivos já existentes. Elas questionam as normas que definem quais corpos são aceitos, quais trajetórias são valorizadas e quais vozes podem ser ouvidas.

Nesse sentido, resistir não significa apenas permanecer no esporte. Resistir também significa transformar os critérios de reconhecimento. Uma perspectiva feminista e interseccional não busca apenas aumentar o número de mulheres na prática esportiva, embora isso seja necessário. Ela também questiona as estruturas que tornam algumas presenças mais difíceis, mais vigiadas ou menos valorizadas. Como lembra Lugones, a resistência não é apenas o fim da luta política, mas “seu começo, sua possibilidade” (Lugones, 2014, p. 939).

A interseccionalidade amplia o debate porque desloca a pergunta sobre “a mulher no esporte” para uma pergunta sobre as mulheres em suas diferenças. Essa mudança impede que o artigo trate o feminino como categoria única e universal. Ao contrário, permite compreender que as desigualdades esportivas atingem as mulheres de modos variados e que as resistências também se constroem a partir de lugares sociais distintos.

Dessa forma, o esporte pode ser compreendido como campo de disputa cultural, política e simbólica. Ele pode reproduzir desigualdades de gênero, raça, classe, deficiência e sexualidade, mas também pode produzir enfrentamentos, redes e novas formas de presença. As resistências feministas no esporte mostram que a luta por igualdade não se resume à participação. Ela envolve a transformação das condições que definem quem pode participar, quem pode ser reconhecida e quem pode narrar sua própria experiência.

2.2 METODOLOGIA



Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com abordagem teórico-interpretativa. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica porque o estudo busca interpretar sentidos, discursos, normas culturais e relações de poder que atravessam a presença das mulheres no esporte. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa volta-se para dimensões da realidade social que não podem ser reduzidas à quantificação, pois envolve significados, valores, crenças e relações sociais.

A natureza bibliográfica do estudo se justifica pelo uso de textos acadêmicos como base da reflexão. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos. Neste artigo, esses materiais são mobilizados para analisar o esporte como campo cultural atravessado por relações de gênero, normas corporais, desigualdades interseccionais e formas de resistência feminista.

O estudo não realiza pesquisa empírica com participantes, instituições ou eventos específicos. A proposta consiste em desenvolver uma reflexão teórica a partir de textos discutidos na disciplina Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Crítica Feminista e Perspectivas Interseccionais, articulando-os ao debate sobre mulheres, corpo e esporte. Nesse sentido, o artigo busca compreender o esporte como espaço de produção de sentidos, regulação dos corpos e disputa por reconhecimento.

O corpus bibliográfico foi organizado a partir de autoras e autores selecionados conforme sua relação com o problema de pesquisa e com os eixos de análise do artigo. Stuart Hall e Ana Carolina Escosteguy contribuem para discutir cultura, representação e produção de sentidos; Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e Judith Butler sustentam a análise sobre corpo, gênero, poder e norma; Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, María Lugones, Heleieth Saffioti e Rita Segato fundamentam o debate sobre interseccionalidade, patriarcado, violência e resistência feminista. De modo complementar, Cabeza Ruiz e Pellicer Chenoll são mobilizadas para aproximar essa discussão teórica de produções recentes sobre mulheres nas Ciências do Esporte, especialmente no que se refere às barreiras de participação, à visibilidade e ao reconhecimento das mulheres no campo esportivo.

A análise foi organizada por leitura temática e interpretativa. Inicialmente, foram definidos três eixos de discussão: esporte, cultura e representação; corpo, gênero e poder no campo esportivo; interseccionalidade e resistências feministas no esporte. Em seguida, os conceitos centrais dos referenciais selecionados foram articulados ao campo esportivo, com atenção às formas pelas quais o esporte produz sentidos sobre corpo, feminilidade, masculinidade, desempenho, capacidade e pertencimento.

A análise não tem caráter quantitativo e não pretende medir a presença das mulheres no



esporte. O foco está na interpretação das normas culturais que definem quais corpos são reconhecidos, valorizados, silenciados ou colocados em posição de resistência. Assim, o esporte é compreendido não apenas como prática física ou competitiva, mas como campo cultural no qual se disputam visibilidade, legitimidade, segurança e direito à presença.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender o esporte como um campo cultural atravessado por disputas de sentido, normas corporais e relações de poder. A partir dos referenciais mobilizados, observa-se que o esporte não apenas organiza práticas físicas ou competitivas. Ele também participa da produção de representações sobre os corpos, as identidades e os lugares sociais atribuídos às mulheres.

A discussão sobre cultura e representação mostrou que a presença das mulheres no esporte não pode ser analisada apenas pela quantidade de participantes, atletas, treinadoras, gestoras ou pesquisadoras. O ponto central está em compreender como essas mulheres aparecem, como são narradas e quais sentidos são atribuídos aos seus corpos. A partir de Escosteguy (2016), em diálogo com Stuart Hall, foi possível compreender que as representações não apenas retratam a realidade, mas participam da produção dos sentidos sociais. No esporte, isso aparece quando determinadas modalidades são associadas ao masculino, quando o rendimento dos homens é tomado como referência e quando as conquistas das mulheres são tratadas como exceção.

Essa forma de representação produz efeitos concretos. Quando o esporte feminino recebe menor visibilidade, quando a aparência das atletas se sobrepõe ao reconhecimento de sua competência ou quando mulheres em posições de liderança ainda são vistas como exceção, o campo esportivo reforça uma hierarquia simbólica. Essa hierarquia sustenta a ideia de que força, autoridade e desempenho pertencem naturalmente aos homens, enquanto as mulheres precisam demonstrar continuamente que são capazes de ocupar esses espaços.

A análise sobre corpo, gênero e poder aprofundou essa discussão ao mostrar que as desigualdades não se manifestam apenas nas imagens e narrativas, mas também na regulação dos corpos. A partir de Foucault (1988), o poder foi compreendido como uma rede de relações que atravessa práticas, discursos e instituições. No campo esportivo, essa rede aparece nas exigências de rendimento, disciplina, comportamento, aparência e adequação. No caso das mulheres, essas exigências são atravessadas por normas de feminilidade que cobram desempenho, mas também controle, moderação e correspondência a determinados padrões



corporais.

Louro (2000) contribuiu para compreender que os corpos são educados em diferentes espaços sociais. O esporte, nesse sentido, também educa os corpos, pois ensina quais gestos parecem adequados, quais modalidades são consideradas femininas ou masculinas e quais comportamentos são aceitos ou condenados. Butler (2000), tomada como apoio nessa discussão, permite reforçar que as normas de gênero não apenas descrevem os corpos, mas ajudam a produzir os limites do que é reconhecido como aceitável. Assim, quando mulheres ocupam modalidades marcadas pela força, pelo contato físico ou pela liderança, elas tensionam normas que foram historicamente naturalizadas.

Uma leitura conjunta desses três autores revela um deslocamento de ênfase que vale explicitar. Foucault (1988) descreve o poder como uma rede difusa, sem sujeito ou centro definido, que atravessa qualquer prática social. Butler (2000), por sua vez, radicaliza esse argumento ao mostrar que a norma de gênero não apenas regula corpos já existentes, mas os produz como inteligíveis ou não. Aplicado ao esporte, esse deslocamento tem uma consequência concreta: a vigilância sobre a atleta não é somente um efeito externo, como um comentário sobre sua aparência, mas uma condição de reconhecimento — a mulher só é lida como atleta legítima na medida em que sua performance corporal corresponde ao que a norma de feminilidade antecipa. É essa passagem de uma vigilância que pune para uma norma que produz o que explica por que ampliar o número de mulheres no esporte, por si só, não desmonta as hierarquias descritas na seção anterior.

A vigilância sobre o corpo feminino, discutida na seção anterior a partir de Foucault, Louro e Butler, aparece nos resultados deste artigo não como uma lista de práticas isoladas, mas como uma gramática comum a todas elas: cada mecanismo — a comparação estética, a suspeita sobre a competência técnica, a menor presença em posições de decisão — cumpre a mesma função de condicionar a presença feminina a uma negociação permanente de legitimidade. É esse caráter de negociação contínua, e não a exclusão pura e simples, que distingue a forma como o poder opera sobre o corpo das mulheres no esporte: raramente a mulher é impedida de entrar, mas quase sempre precisa provar, a cada novo espaço ocupado, que seu corpo pertence ali.

A perspectiva interseccional ampliou a análise ao mostrar que a categoria “mulheres” não pode ser tratada como homogênea. Com Collins (2019), foi possível compreender que as opressões não atuam de forma separada, mas se organizam em uma matriz de dominação. No esporte, isso significa que as experiências das mulheres variam conforme raça, classe social, deficiência, sexualidade e território. Assim, a desigualdade não se explica apenas pelo gênero,



mas pela articulação entre diferentes marcadores sociais que interferem no acesso, na permanência, na segurança, na visibilidade e no reconhecimento.

Essa leitura também problematiza o discurso do mérito esportivo. A partir da perspectiva interseccional discutida por Collins (2019), o esporte costuma valorizar esforço, disciplina e superação individual, mas essas ideias podem ocultar desigualdades estruturais quando não se consideram as condições concretas de participação. Acesso a espaços adequados, transporte, tempo livre, equipamentos, apoio familiar, segurança e oportunidades formativas interferem diretamente nas trajetórias esportivas. Quando essas condições são ignoradas, o campo esportivo transforma desigualdades sociais em responsabilidade individual.

A resistência feminista no esporte, portanto, não pode ser pensada apenas como presença ou inclusão. A partir de Gonzalez (2020), é possível compreender que o enfrentamento ao racismo precisa fazer parte dessa discussão, especialmente quando mulheres negras têm seus corpos reconhecidos pelo desempenho, mas nem sempre são reconhecidas como sujeitos de pensamento, liderança e decisão. Lugones (2014) amplia esse debate ao mostrar que gênero também deve ser lido em relação à colonialidade, evitando que se trate “mulheres” como uma categoria única e universal. Já as contribuições de Saffioti (2015) e Segato (2003) ajudam a compreender que as violências contra mulheres não se limitam à agressão física, pois também aparecem em formas de silenciamento, controle, humilhação e deslegitimação. No campo esportivo, essas leituras permitem entender que mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres periféricas e mulheres que desafiam normas de gênero e sexualidade não disputam apenas vagas, medalhas ou visibilidade. Elas disputam também o direito de serem reconhecidas como sujeitos de competência, pensamento, liderança e decisão.

Collins (2019) e Gonzalez (2020) operam, no entanto, em escalas diferentes e complementares. A “matriz de dominação” proposta por Collins descreve um mecanismo estrutural, que distribui de forma desigual o acesso e o reconhecimento entre grupos de mulheres. Gonzalez, por sua vez, nomeia o efeito concreto dessa estrutura sobre um grupo específico, ao afirmar que a mulher negra enfrenta uma discriminação tríplice. Essa diferença de escala — estrutural em Collins, situada em Gonzalez — sugere que a análise interseccional do esporte precisa operar simultaneamente em dois níveis: identificar os mecanismos gerais que produzem desigualdade e nomear os efeitos específicos que esses mecanismos produzem sobre corpos concretos, sem reduzir um nível ao outro.

Resistir no esporte não significa apenas permanecer em um espaço historicamente marcado por desigualdades. Resistir significa questionar os critérios que definem quem pode ser vista como atleta, treinadora, dirigente, árbitra, pesquisadora ou autoridade. Significa



disputar as formas de representação, os padrões corporais, os modos de narrar conquistas e os lugares de poder. Por isso, as resistências feministas no esporte envolvem acesso, permanência, segurança, visibilidade, reconhecimento e direito à voz.

A análise dos três eixos permite afirmar que o esporte regula corpos, produz representações e distribui reconhecimento. No entanto, essas regulações não são fixas. Elas podem ser tensionadas por práticas feministas e interseccionais que questionam a masculinidade como referência central do campo esportivo. Quando mulheres ocupam diferentes modalidades, funções e espaços de decisão, elas não apenas ampliam sua presença numérica. Elas também produzem outros sentidos sobre corpo, força, competência, liderança e pertencimento.

A discussão teórica sustenta a compreensão do esporte como campo de disputa cultural, política e simbólica. O corpo das mulheres não aparece apenas como objeto de controle, vigilância ou julgamento. Ele também se torna lugar de resistência, afirmação e produção de novos significados. Essa leitura permite compreender que a igualdade no esporte exige mais do que incluir mulheres em estruturas já existentes. Ela exige transformar as normas que definem quais corpos podem participar, quais vozes podem ser ouvidas e quais experiências podem ser reconhecidas como legítimas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o esporte como campo cultural em que o corpo das mulheres é regulado, representado e disputado por resistências feministas. A partir de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem teórico-interpretativa, buscou-se compreender como o esporte participa da produção de sentidos sobre corpo, gênero, desempenho, capacidade e pertencimento.

A discussão desenvolvida mostrou que o esporte não pode ser compreendido apenas como prática física, competição ou lazer. Ele também constitui um espaço de produção cultural. Nesse campo, imagens, discursos, regras e instituições participam da definição de quais corpos são reconhecidos como legítimos, quais recebem visibilidade e quais permanecem em posição secundária. Por isso, a presença das mulheres no esporte não deve ser analisada somente pelo número de participantes, mas também pelas condições simbólicas, políticas e sociais que regulam essa presença.

A análise também evidenciou que o corpo feminino no esporte é atravessado por normas de gênero. As mulheres podem ser autorizadas a competir, treinar, liderar ou pesquisar, mas sua



presença ainda é marcada por vigilâncias sobre aparência, comportamento, sexualidade, desempenho e competência. Essas regulações mostram que o esporte continua sustentando formas de poder que associam força, autoridade e rendimento ao masculino, enquanto os corpos femininos precisam disputar reconhecimento.

A perspectiva interseccional ampliou essa compreensão ao demonstrar que não existe uma experiência única de mulher no esporte. As desigualdades de gênero se articulam a raça, classe social, deficiência, sexualidade e território, produzindo formas distintas de acesso, permanência, segurança, visibilidade e reconhecimento. Assim, o debate sobre mulheres no esporte precisa considerar que algumas trajetórias são atravessadas por barreiras acumuladas, que não se explicam apenas pelo gênero, mas pela articulação entre diferentes marcadores sociais.

Conclui-se que o esporte reproduz desigualdades, mas também pode ser espaço de resistência. As resistências feministas aparecem quando mulheres ocupam modalidades historicamente masculinizadas, denunciam violências, criam redes de apoio, reivindicam políticas de igualdade, produzem conhecimento e disputam narrativas sobre seus corpos e trajetórias. Essas ações não representam apenas a inserção das mulheres em espaços já existentes. Elas questionam as normas que definem quem pode participar, quem pode ser reconhecida e quem pode ocupar posições de poder.

A contribuição deste artigo está em propor uma leitura do esporte como campo cultural, político e simbólico. Essa perspectiva permite deslocar o debate da participação feminina para uma análise mais ampla sobre corpo, poder, representação e resistência. Com isso, compreende-se que a igualdade no esporte não depende apenas da ampliação do acesso. Ela exige transformar as formas de reconhecimento, os padrões corporais, as hierarquias de gênero e as estruturas que ainda limitam a presença plena das mulheres.

O artigo aponta que os Estudos Culturais, a crítica feminista e a perspectiva interseccional oferecem ferramentas importantes para pensar o esporte para além de sua dimensão técnica ou competitiva. Ao compreender o corpo das mulheres como lugar de controle, mas também de resistência, torna-se possível reconhecer o esporte como espaço de disputa por visibilidade, legitimidade, segurança e direito à presença.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.



CABEZA RUIZ, Ruth; PELLICER CHENOLL, Maite (ed.). **Mujeres en las Ciencias del Deporte: aportaciones de las mujeres a la docencia, la competición, la investigación y las profesiones del deporte**. Madrid: Dykinson, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14679/3779>.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **MATRIZES**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 61-76, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v10i3p61-76>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-29.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.